

SINDICALISTAS REIVINDICAM AUMENTO BEM MAIOR PARA O SALÁRIO, DE R\$ 350 PARA R\$ 420

Comissão aprova proposta de R\$ 375 para o mínimo

Valor é superior ao defendido pela equipe econômica de Lula, que quer R\$ 367,00

BRASÍLIA. A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou ontem pela manhã relatório setorial da Previdência que prevê o reajuste do salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 375, a partir de abril do ano que vem. O valor é superior ao defendido pela equipe econômica do governo, que sugeria um aumento de R\$ 367, por causa das mu-

danças nas estimativas do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da inflação neste ano. O texto da Previdência foi o quarto dos dez relatórios setoriais do Orçamento da União para 2007 aprovado pela comissão.

Segundo o relator do Orçamento para 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), seria impossível atender à reivindi-

cação das centrais sindicais de aumentar o mínimo para R\$ 420. O novo valor deixaria insustentável a situação da Previdência, além de quebrar estados e municípios mais pobres, que também têm de fazer a correção do salário.

Raupp explicou que o principal problema no reajuste do mínimo é a sobrecarga que o aumento causa na Previdência Social. Segundo ele, o déficit previdenciário em 2006 deve ser em torno de R\$ 42 bilhões; a previsão para 2007 é que esse valor fique em torno de R\$ 46 bilhões. "Cada R\$ 1 que se aumenta no salário mínimo, significa R\$ 180 milhões a mais de despesa para a Previdência", acrescentou.

Em nota oficial, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) contestou as declarações do relator do Orçamen-

to. Para a CUT, o reajuste maior do mínimo já aconteceu nos anos de 2004 e 2005 e o país não quebrou.

"Reajustes do salário mínimo contribuem para o desenvolvimento com distribuição de renda. Projeções feitas pelo Dieese indicam que o reajuste agora reivindicado pelas centrais injetaria mais R\$ 39,1 bilhões na economia, gerando um efeito dinâmico positivo sobre o consumo e, conseqüentemente, sobre a geração de novos postos de trabalho. Além disso, a arrecadação tributária sobre o consumo crescerá em R\$ 9,6 bilhões, sem necessidade de elevação da carga", diz a nota, assinada pelo presidente da CUT, Artur Henrique.

SEM VETO. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), descartou ontem a possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetar o reajuste do salário mínimo para R\$ 375, valor aprovado nesta na Comissão Mista de Orçamento do Senado. Segundo Jucá, se faltar dinheiro no Orçamento, o corte será feito em outra área.

"Não tem como regredir. É importante dar um ganho real ao salário mínimo. Se as contas do relator fecharem, não tem problema. Agora, se tiver que ter um corte, não será no salário mínimo porque a política do governo Lula é de recuperação do salário mínimo", disse Jucá.

Comércio prevê crescimento menor em 2007

A desaceleração da oferta de crédito ao consumidor e o aumento real do salário mínimo inferior ao deste ano deverão levar o comércio varejista da região metropolitana de São Paulo a um crescimento de cerca de 3% em 2007, de acordo com a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). O resultado ficará um pouco abaixo dos 3,7% estimados para a expansão do faturamento real em 2006, na comparação com o igual período anterior. O diretor executivo da entidade, Antonio Carlos Borges, ressalta que a previsão de aumento na receita do setor para o próximo ano considera a manutenção do quadro econômico de expansão fraca e nenhuma mudança necessária em relação a reformas, como a tributária. No final do ano passado, porém, a Fecomercio-SP, previa um desempenho semelhante ao obtido em 2005, quando o setor registrou alta de 2,8% do faturamento real. Mesmo com o crescimento acima do esperado, o resultado de 2006 foi considerado ruim pela entidade.

Ordem do dia



Coalizão

PP decide apoiar governo Lula

O PP decidiu hoje apoiar o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Por unanimidade, a executiva do partido definiu integrar o conselho político do governo e a coalizão. Com isso, o presidente do partido, deputado Nélio Dias (RN), já terá assento na reunião de hoje que o presidente terá com os dirigentes de siglas da base. O presidente Lula não deve ter, porém, o apoio de uma dos nomes mais famosos do PP, o deputado federal eleito Paulo Maluf (SP).

Sem fome Deputado

encerra greve

O deputado João Correia (PMDB-AC) encerrou ontem a greve de fome iniciada na segunda-feira em protesto contra a demora para votar o processo contra ele por suposta quebra de decoro parlamentar. Ele foi acusado de envolvimento com a máfia sanguessuga. Correia disse que decidiu encerrar a greve após a promessa do presidente do Conselho de Ética da Câmara, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), de votar o seu processo na próxima semana. Segundo Izar, se o deputado Anselmo (PT-RO) não apresentar até hoje seu parecer no caso, será destituído. FOTO: ABR

“
O governador Alckmin ainda está um pouco no ar depois da sova eleitoral que levou. Ele não aterrissou ainda”

MARCO AURÉLIO GARCIA
Pres. interino do PT, rebatendo as críticas de Geraldo Alckmin (PSDB), que acusou o governo de “ineficiência” na gestão da crise dos aeroportos

Sem mandato

Bornhausen se despede do Senado

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), usou a tribuna do Senado ontem para fazer um discurso de despedida do seu segundo mandato. Ele recordou o que chamou de “grandes momentos vividos” na história do Senado, como sua participação na formação do colégio eleitoral que em 1984 elegeu Tancredo Neves presidente da República e José Sarney vice-presidente. “Foi um momento plural pela redemocratização do país”, afirmou ele.

O NÚMERO

R\$ 9,58 bi

É o valor que o relator-geral do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), já teria reservado para arcar com o reajuste do mínimo para R\$ 375. A quantia também serviria para cobrir o ressarcimento da Lei Kandir.

“
Não tem como regredir. É importante dar um ganho real ao salário mínimo. Se as contas do relator fecharem, não tem problema. Agora, se tiver que ter um corte, não será no salário mínimo”

ROMERO JUCÁ (PMDB)
Líder do governo no Senado